

NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE ?

UM ALERTA

No momento em que a nova representação docente está para ser empossada no Conselho Diretor, que vai reunir-se na próxima 3a feira, a Diretoria da ADUNICAMP divulga este documento com uma análise de recentes deliberações da Reitoria.

Este documento resulta de debates que foram travados na Diretoria e na Comissão de Estudos sobre a Reestruturação da Universidade, composta por companheiros da ADUNICAMP. Embora tendo um caráter preliminar, esta análise ressalta algumas características do processo de tomada de decisões da atual Reitoria, bem como indica prováveis consequências de algumas modificações já introduzidas na vida da UNICAMP.

Por estas razões, o documento tem um tom de ALERTA.

NOVAS ESTRUTURAS DE PODER ?

A Universidade Estadual de Campinas tem passado por importantes modificações desde a posse do Professor Pinotti em sua Reitoria. A ADUNICAMP teve algumas ocasiões de analisar tais modificações, reconhecendo inclusive a oportunidade da solução encontrada para a situação dos funcionários demitidos pelo antigo Reitor. Essa solução não reparou inteiramente a injustiça cometida, mas representou um avanço significativo na medida em que correspondeu ao clamor unânime universitário.

Do mesmo modo, a ADUNICAMP reconheceu como sendo um "avanço limitado" a modificação estatutária que possibilitou o acesso de doutores aos cargos de direção nas Unidades. A nossa Entidade analisou os limites de tal decisão, confrontando-a à sua própria posição, qual seja, a da completa desvinculação da carreira docente do acesso aos postos administrativos e aos colegiados.

CONGREGAÇÕES

O Conselho Diretor da UNICAMP reunir-se-á na próxima terça-feira, e essa reunião cria uma ocasião propícia para a introdução de reformas estatutárias sem uma consulta aos extratos que compõem a comunidade universitária. Algumas atitudes recentes da Reitoria fundamentam a suspeita e a preocupação de que novos reordenamentos legais possam ser realizados a curto prazo, na forma como foi realizada a reforma regimental anterior: de cima para baixo, sem tempo de um pronunciamento dos docentes, alunos e funcionários.

A ADUNICAMP preocupa-se sobretudo com a possibilidade de o Conselho Diretor ser chamado a deliberar sobre a nova composição dos colegiados, conforme propos-

to num documento de estudos circulado recentemente em alguns setores da Universidade. Tais coleções configurariam uma nova situação de poder nas Unidades, pois todos os professores titulares teriam cadeira cativa, os adjuntos, livre-docentes e doutores teriam uma representação igual, os mestres seriam sub-representados e os instrutores, excluídos.

Aprovada tal mudança estatutária, a UNICAMP ingressaria rapidamente num estágio de institucionalização, para o qual a abertura e realização de concursos para professores titulares seria uma condição quase indispensável.

NÚCLEOS DE PESQUISA

Outras modificações em curso ou planejadas geram inquietações entre os docentes. É o caso da criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas Multidisciplinares, do Núcleo de Integração e Difusão Cultural, do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas, do Núcleo de Estudos em População e do Núcleo de Pesquisas em Telemática (Portaria GR 25/82, 26/82, 27/82, 28/82 e 29/82, respectivamente). Estes núcleos tem a inter-disciplinaridade como elemento comum. Trata-se, na verdade, de um elemento desejável na vida Universitária. Contudo, não se afastam algumas indagações: qual o papel dos conselhos curadores, formados por pessoas externas a Universidade, na definição das atividades e das políticas gerais desses núcleos? As fontes externas de recursos e o modelo gerencial adotado não facilitariam a tendência à transformação da UNICAMP numa Fundação, cuja principal característica seria a perda da autonomia política? A existência de tais núcleos não acarretaria novas estruturas de poder na UNICAMP, em detrimento do poder que resulta da docência e pesquisa nas Unidades e Departamentos? A multidisciplinaridade não poderia levar à predominância de uma área de conhecimento sobre outras, em razão da confluência de temas e projetos sobre algumas disciplinas? Enfim, na medida em que provavelmente tais núcleos acabarão por desempenhar funções de ensino, as Unidades e Departamentos não correrão o risco de serem relegadas a funções "menos importantes", enquanto esses núcleos se encarregariam das grandes pesquisas?

CONTRATOS DE TRABALHO

Através de um expediente administrativo, a Reitoria estabeleceu profundas modificações na contratação e recontração do pessoal docente. Neste caso, as novas sistêmicas também geram dúvidas, sobre as quais os docentes são chamados a refletir. A Portaria GR 355/82 de 9.6.82, institui a

apresentação de algumas cartas de referência para certas categorias de docentes no tocante a processos de contratação, renovação de contratos, etc. Alguns pontos devem ser salientados: em primeiro lugar, a autonomia para a definição das necessidades do pessoal docente, sua capacitação, etc., é praticamente transferida das Unidades e Departamentos para uma Comissão Especial formada pelos professores Rogério Cerqueira Leite (IF), Luiz Gonzaga Beluzzo (IFCH) e Luiz Sebastião Prigenzi (FCM) (Portaria 022/82). Em segundo lugar, há um agravamento no tratamento diferenciado dos docentes segundo os níveis de carreira. Assim, as exigências para os MS 1 e MS 2 (alunos-professores", na verdade, conforme se pode depreender da Portaria GR 355/82) são distintas daquelas estabelecidas para os MS 3 e MS 4, e, igualmente não há nada parecido quanto ao que se exige para os MS 5 e MS 6. Na verdade, ao criar a exigência de cartas de referência a serem anexadas a tais processos, a Reitoria fará com que a vontade e a opinião dos Departamentos e Unidades venham a pesar pouco na decisão final. Em terceiro lugar, a Comissão Especial terá um peso imenso em todas as contratações, ou melhor, na política da Universidade para com o seu corpo docente, centralizando informações e decisões a despeito das Unidades. O conjunto destas consequências não acarretará também profundas modificações nas relações de trabalho dos docentes?

Essas questões não podem ficar sem respostas claras dos professores. Há na verdade, uma situação geral da Universidade na qual as deliberações virão, como têm vindo, a menos que a comunidade universitária consiga fazer-se ouvir. O corpo docente precisa manifestar-se e ser ouvido, mesmo nas questões que recebem ou receberão o seu consenso.